



A PRÁTICA DE *SEXTING* MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DA INTERNET SUAS PERSPECTIVAS PENAIS

THE PRACTICE OF *SEXTING* THROUGH THE USE OF THE INTERNET ITS CRIMINAL PERSPECTIVES

Helimar Volkman¹
Marcelo José Boldori²

RESUMO

O *sexting* é um fenômeno que vem ocorrendo em plena Era Digital, sendo motivado principalmente pela facilidade de se criar relações através das redes sociais e aplicativos, proporcionando assim, uma comunicação entre pessoas de maneira instantânea. A palavra “*sexting*” pode ser caracterizada como mensagens de textos, fotografias, vídeos e/ou qualquer tipo de forma que apresente conteúdo sexual (erótico). O objetivo geral do presente, foi estudar as especificidades e conceitos que caracterizam as ações de *sexting*, e seus reflexos jurídicos e penais dentro do ordenamento jurídico brasileiro. A problemática evidenciada no estudo, se apresenta na seguinte questão: Como o ordenamento jurídico brasileiro tem enfrentado o *sexting*, por se tratar de uma modalidade muito recente de crime sexual, diante de suas especificidades e características? Os procedimentos metodológicos utilizados no estudo, foram caracterizados pela pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa, pesquisa descritiva e exploratória. Os resultados encontrados no estudo buscam trazer maior compreensão a um tema contemporâneo, e que necessário se faz, proporcionar um maior conhecimento diante da recente onda digital que é o *sexting*. Conclui-se que o *sexting* apresenta variados riscos em si, tais como: difamação e injúria, violência psicológica e crime digital. O Código Penal busca defender as pessoas que são vítimas da prática do *sexting*, tal prática resulta em transtornos psicossociais com quadros de depressão, que podem em alguns casos levar ao suicídio. A utilização de mídias sociais de maneira inadequada, podem sim acarretar em abalos nas relações sociais, afetivas e emocionais. Dessa forma, o Estado busca defender as pessoas acometidas por tal ato.

Palavras-chave: *sexting*; conduta; privacidade; direito penal. aspectos jurídicos.

¹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade do Contestado – UNC, Campus de Porto União. Santa Catarina. Brasil. E-mail: helimar.volkman@aluno.unc.br.

²Mestre em Desenvolvimento Regional. Professor Orientador de Monografia do Curso de Direito da Universidade do Contestado – UNC, Campus de Porto União. Santa Catarina. Brasil. E-mail: boldori@unc.br.

ABSTRACT

Sexting is a phenomenon that has been occurring in the Digital Age, being motivated mainly by the ease of creating relationships through social networks and applications, thus providing instant communication between people. The word “sexting” can be characterized as text messages, photographs, videos and/or any type of form that presents sexual (erotic) content. The general objective of the study was to study the specificities and concepts that characterize sexting actions, and their legal and criminal consequences within the Brazilian legal system. The problem highlighted in the study is presented in the following question: How has the Brazilian legal system faced sexting, as it is a very recent type of sexual crime, given its specificities and characteristics? The methodological procedures used in the study were characterized by bibliographical research, qualitative research, descriptive and exploratory research. The results found in the study seek to bring greater understanding to a contemporary topic, and what is necessary is to provide greater knowledge in the face of the recent digital wave that is sexting. It is concluded that sexting presents various risks in itself, such as: defamation and insult, psychological violence and digital crime. The Penal Code seeks to defend people who are victims of sexting, as this practice results in psychosocial disorders with depression, which can in some cases lead to suicide. The use of social media inappropriately can lead to disruptions in social, affective and emotional relationships. In this way, the State seeks to defend people affected by such an act.

Keywords: Sexting. Conduct; privacy; criminal law; legal aspects.

Artigo recebido em: 03/10/2023

Artigo aceito em: 25/10/2023

Artigo publicado em: 06/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.5053>

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução das relações interpessoais, o uso de meio informáticos se popularizou e ganhou novos contornos. Provém de longa data o uso de troca de mensagens de texto, seja via *Short Message Service* (SMS) ou redes sociais, e atualmente, através de aplicativos de trocas instantâneas. Porém, na atualidade, tal meio tem sido instrumento para a prática de inúmeros delitos.

Observa-se que a terminologia “*sexting*” é caracterizada pela junção das palavras em inglês “sex” (sexo) e “*texting*” (enviar mensagens de texto). O *sexting* surgiu através das ações de enviar textos com conteúdo de sexo e/ou eróticos por meio de mensagens SMS através do celular (PORTO; RICHTER, 2016).

Atualmente, com os avanços tecnológicos na Era Digital o *sexting* possui sua ocorrência em ambientes como de aplicativos de conversa encontrados nos celulares, redes sociais e sites de relacionamento, onde sua ação principal é constituída pelo compartilhamento de fotos e vídeos (MANOEL *et al.*, 2020).

Sua ocorrência é predominante entre adolescentes, mas muitos adultos também se utilizam dela para satisfação própria. Pode-se dizer, que o ponto principal, para que essa prática se concretize é o consenso entre as partes, posto que há uma concordância entre os usuários em enviar e receber as fotos e/ou vídeos íntimos com conteúdo de sexo e/ou erótico (WANZINACK; SCREMIN, 2014).

Importa considerar, que no *sexting* é possível encontrar algumas motivações para o envio de fotos e vídeos íntimos, dentre as quais, estão a busca pelo convencimento da outra pessoa que seu corpo exibido é sedutor e atraente, ou ainda, para se tentar convencer a outra pessoa a enviar fotos ou vídeos semelhantes (CARDOSO; FALCKE; MOSMANN, 2019).

A prática do *sexting* não representa qualquer ilicitude ou ilegalidade, posto que, baseada no consentimento recíproco em compartilhar esse conteúdo, há entre as partes uma verdadeira relação de confiança e presunção de confidencialidade, que rege todas as relações jurídicas (princípio da boa-fé objetiva). Todavia, a problemática envolvendo essa prática surge com a divulgação indevida/sem consentimento dos conteúdos íntimos compartilhados (SOUZA, 2020).

Diante dos aspectos jurídicos do *sexting*, os mesmos podem compreender tanto indivíduos maiores de idade quanto vítimas menores – crianças e adolescentes. No que diz respeito a pessoa maior de idade, observa-se que as medidas punitivas são estabelecidas pelos arts. 139, 140, 147 e 158, do Código Penal (CP), bem como, na observância o art. 218-C, do Código Penal, incluída pela Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 1940; BRASIL, 2018).

Nas situações de *sexting* que possui envolvimento de vítimas crianças ou adolescentes, observa-se que as implicações jurídicas criminais estão indicadas nos arts. 241 e 241-A, da Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tal, no momento em que existe a ocorrência da disseminação sexual através de violação de dispositivo informático alheio, a caracterização criminal virá fundamentada no art. 154-A e parágrafos, do Código Penal, a qual foi incluída

pela Lei nº 14.155, de 27 de maio de 2021) (BRASIL, 1990; BRASIL, 1940; BRASIL, 2021).

Quando de episódios de *sexting* ocorridos através da invasão da intimidade da mulher ou do registro não autorizado de conteúdo contendo cenas de nudez ou ato sexual ou libidinoso de natureza íntima e privada, a penalidade possuirá previsão fundamentada no art. 7º, inciso II, da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, alterado pela Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018, bem como, o art. 216-B, do Código Penal, que foi incluído pela Lei nº 13.772/2018 (BRASIL, 2006; BRASIL, 2018; BRASIL, 1940).

Observa-se ainda, que diante do constrangimento à vítima, por meio de violência ou grave ameaça com a intenção de se buscar conjunção carnal ou para a realização da prática de outro ato libidinoso com o agente, tal ação delituosa é mencionada no art. 213, do Código Penal (BRASIL, 1940).

Dentro do contexto apresentado, a presente pesquisa tem por tema a prática de *sexting* mediante a utilização da internet e redes sociais, apresentado a seguinte questão problema: Como o ordenamento jurídico brasileiro tem enfrentado o *sexting*, por se tratar de uma modalidade muito recente de crime sexual, diante de suas especificidades e características?

A pesquisa justifica-se sob o viés científico, por buscar um melhor aprofundamento das características científicas, jurídicas, sociais e bibliográficas, para melhor compreensão dos caminhos que devem ser percorridos diante das demandas surgidas pela prática criminal do *sexting* no Brasil, tendo em vista que o mesmo ganha novos contornos dia após dia. Também se justifica uma vez que os resultados obtidos a partir da pesquisa proposta poderão servir de base para novas pesquisas, permitindo assim, elucidar quais caminhos deverá o Código Penal percorrer em defesa das pessoas que muitas vezes, possuem o direito à privacidade, à honra e a própria imagem violados.

A motivação pessoal que levou o acadêmico pesquisador a escolher essa temática contemporânea, se deu pelo fato que o mesmo trabalha de assistente administrativo como Escrivão “ad hoc” na Delegacia Civil da 10ª Regional do município de Mallet, Paraná. Por se tratar o *sexting* de um delito criminal contemporâneo e recente, diante do avanço rápido e vertiginoso das tecnologias da informação e da própria Internet, é necessário se compreender seus meandros e especificidades para

melhor responder as demandas que surgem no cotidiano no trabalho junto a defesa das pessoas que veem a ter seus direitos violados através de tal prática o *sexting*.

O objetivo geral do estudo foi estudar as especificidades e conceitos que caracterizam as ações de *sexting*, e seus reflexos jurídicos e penais dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Os objetivos específicos evidenciados foram: a) estudar os aspectos conceituais de *sexting* e as motivações que levam as pessoas a sua prática juntamente com seus riscos; b) conhecer os possíveis danos ocasionados pelo ato do *sexting* e suas consequências jurídicas legais; c) demonstrar as consequências penais de quem comete *sexting* violando a intimidade de outra pessoa.

O tipo de metodologia pesquisa utilizado no estudo foi caracterizado pela pesquisa bibliográfica, que é um tipo de pesquisa que possui a intenção de realizar um levantamento de conceitos, especificidades técnicas e bibliográficas, como de conhecimento disponibilizado em literatura específica sobre a temática escolhida – a prática de *sexting* e suas abordagens penais jurídicas – buscando assim, proporcionar uma análise do objeto a ser investigado (MARCONI; LAKATOS, 2022).

Foi utilizada também, a pesquisa qualitativa que se torna uma técnica investigativa que tem como objetivo atingir a natureza subjetiva do objeto analisado, estudando suas especificidades e experimentos individuais e coletivos frente as abordagens jurídicas (SANTOS; PARRA FILHO, 2012). Já a pesquisa descritiva tem como escopo realizar uma observação, registrando e analisando as informações, como as classificando e respectivamente as interpretando (ALEXANDRE, 2021). Por fim a pesquisa exploratória buscou proporcionar maior “intimidade” com a problemática sugerida pelo estudo tornando-a explícita a construir novas hipóteses (AZEVEDO, 2018). Considerando o acima exposto a pesquisa proposta tem por tema a prática de *sexting* mediante a utilização da internet e redes sociais e as perspectivas contemporâneas penais no ordenamento jurídico brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE SEXTING

O conceito de *sexting* é caracterizado pela combinação da terminologia “sex” e “texting” (sexo + texto). Tal acepção pode ser compreendida como o “envio de

mensagens sensuais”. Em suma, o *sexting* é uma ação que busca realizar o envio, o recebimento e o compartilhamento de fotografias e/ou vídeos de teor sensual, com erotismo ou explícito (BARROS, 2014).

A origem do *sexting* tem suas raízes nos Estados Unidos, sendo uma ação proporcionada pelas dinâmicas e facilidades que as tecnologias digitais trouxeram e pleno século XXI. As redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter, TikTok, bem como, os notebooks, smartphones, tablets, etc., foram os meios facilitadores para a propagação do *sexting*, fazendo com que o compartilhamento de mensagens eróticas e sensuais tomasse maiores proporções (PALAGE, 2018).

Dando uma maior ênfase para as questões que promoveram o surgimento do *sexting*, se pode relacionar o mesmo por meio da chamada “selfie”, que seria tirar uma fotografia por meio de um telefone celular ou câmera digital. Logo, a selfie tem como objetivo dentro do *sexting* proporcionar em alguns casos o flerte e/ou um meio de seduzir (SCREMIN, 2016).

Dentro do *sexting* a abordagem de contato principal é seduzir as pessoas através de imagens e/ou vídeos. Tal prática veio a se destacar quando o mundo virtual acabou adquirindo um maior significado na vida das pessoas como um todo. A viralização da selfie no mundo, fez com que o compartilhamento de imagens se transformasse em algo natural e com maior frequência (LOUZADA; ROCHA, 2016).

O que se discute em relação ao *sexting*, seriam os atos de compartilhamento em massa ou de exposição de imagens de pessoas quanto a sua intimidade, como: fotografias do corpo, imagens sensuais, em momentos íntimos, semi nudez, ou os tão conhecidos nudes (FIGUEIREDO, 2015).

O nudes enviado as pessoas com a intenção de realizar a propagação e divulgação inconsciente, bem como, do recebimento de imagens de natureza erótica, quando disseminadas para uma quantidade significativa de pessoas, de maneira automática acaba se tornando um fato de enorme repercussão, pois acaba expondo a intimidade de outrem, e quem dissemina tais imagens, acaba por assumir os riscos pela prática de seu ato (BARROS; RIBEIRO; QUADRADO, 2015).

A doutrina especializada aponta outras percepções que acompanham a prática do *sexting* e seus sentidos negativos. Nesse sentido são as palavras a) Eventos extremos de *bullying*; b) Podem ocasionar atos de suicídio; c) Gerar *cyberbullying*; d) Resultar em perseguições para com as pessoas onde

foram alvo de compartilhamento de imagens; e) Ocasionar doenças mentais relacionadas às imagens expostas na Internet (KOSENKO; LURUS; BINDER, 2017, p. 3).

De todos os efeitos negativos expostos acima, pode-se acrescentar outro que é a exposição descontrolada em decorrência do compartilhamento irrestrito de imagens sensuais realizados por uma pessoa. As diversas redes sociais disseminadas através da Internet ajudam a propagar de maneira incontável, o compartilhamento de imagens sensuais realizados por uma pessoa. Depois de propagado na Internet as imagens, torna-se muito difícil o controle das informações (FARIA; ARAÚJO; JORGE, 2015).

Ao se caracterizar as especificidades da prática do *sexting*, é possível correlacionar o mesmo como um comportamento sexual dentro dos padrões sociais, que possui uma conotação considerada “normal”, pois o *sexting* em si, é tido como um ato sexual (FERNÁNDEZ, 2013).

Entretanto, o *sexting* deveria ser uma prática realizada de maneira privada entre as pessoas, a qual fica evidente que muitas pessoas não respeitam e desconhece seus reflexos quando compartilham irrestritamente, fotos recebidas, sem anuência da parte contrária, expondo-a de modo até vexatório nas redes sociais (MEIRELES; FORECHI, 2015).

O fenômeno *sexting* acabou gerando uma forma de se relacionar sexualmente, vindo a trazer uma ruptura nas maneiras de se compreender e vivenciar a própria sexualidade. O *sexting* pode ainda ser caracterizado como a habilidade de promover o erotismo, vindo a reconfigurar os sujeitos que se utilizam da sexualidade para ganhar destaque entre os outros (LIMA, 2019).

Apesar de o *sexting* apresentar como principal característica um disponibilizar voluntário das imagens e/ou vídeos íntimos pela pessoa que a possui com o intuito de se expor a outra, é necessário considerar o fato de que esse mesmo conteúdo, uma vez presente na rede, poderá acabar sendo compartilhado de maneira infinita e indiscriminadamente (GOMES, 2017).

Logo, ainda que uma pessoa opte em se expor para outrem e permita que essa terceira pessoa conheça sua intimidade em condições muito específicas, é preciso se dizer, que não existirá nenhuma garantia de que suas imagens continuarão circunscritas as mesmas delimitações. Portanto, compreende-se que a Internet pode

ser comparada quase que a um “buraco negro”, tornando-se praticamente impossível reter o fluxo de informações propagadas pela mesma (CRUZ, 2020).

2.2 CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DO SEXTING E OS MOTIVOS QUE LEVAM À PRÁTICA DESSE ATO

Observa-se que diante do surgimento das tecnologias da informação, destacando-se aqui a Internet, não somente foi possível abreviar as distâncias geográficas, bem como, realizar a implementação de uma sequência de modificações nas maneiras as quais os relacionamentos interpessoais se interagem (umas positivas e outras negativas), já que sua utilização também é exercida para práticas criminais e transgressivas (SYDOW; CASTRO, 2017).

A prática do *sexting* acabou se impondo como um fenômeno social, que traz certas preocupações e gerando inúmeros desafios para o ordenamento jurídico brasileiro, para o Estado e para a sociedade civil como um todo. O *sexting* é um tema contemporâneo de relevância social, jurídica, política e profissional. Dessa forma, as pesquisas realizadas em torno da temática são enfáticas em dizer que o mesmo é complexo em si próprio (LUIZ NETO *et al.*, 2016).

Considerando-se as afirmativas anteriores, necessário elucidar o contexto social de sua prática, expondo os motivos, a alteração das relações sociais e demais fatores individuais que acabam influenciando a pessoa a praticar tal conduta, bem como, expor suas consequências, permitindo assim, uma melhor compreensão da temática em si (FIGUEIREDO, 2014).

A necessidade de exibir fotografias e/ou vídeos íntimos, seja através de e-mails, telefone celular ou redes sociais, acabou se transformando para algumas pessoas como habitual na vida das mesmas, sejam elas adultos, jovens, adolescentes e até mesmo crianças. Por mais que não se acredite, tais aspectos vem modificando e resultando em novos hábitos e costumes na sociedade, a exemplo da prática do *selfie*, (ato de tirar fotografias de si próprio), e assim, possibilitando algumas adversidades na vida desses sujeitos quando do compartilhamento de imagens íntimas na Internet (BIANCHI, 2016).

Os motivos que levam alguém a se expor, seja através das *selfies*, seja por outros meios fotográficos, são de várias ordens. Todavia, a exposição de cunho

sexual, possui motivação de ‘fletar’, seduzir, paquerar ou até mesmo satisfazer sua libido. Assim, a utilização de imagens íntimas possui a intenção prioritária de buscar seduzir o interlocutor (PIGATTI, 2020).

Importantíssimo fator a se evidenciar, é que diante do momento pandêmico (COVID-19) que foi vivenciado mundialmente, acabou surgindo muitas alterações sociais, entre as quais algumas pessoas acabaram buscando se “saciar” através da exposição ou vendo alguém através do envio ou recebimento de imagens de cunho sexual, buscando assim, a substituição do contato físico por uma fotografia, imagem ou vídeo íntimo (MAGALHÃES, 2020).

Diante de tal posicionamento, é possível correlacionar que alguns aplicativos como Tinder, WhatsApp, Facebook, Instagram e Twitter entre outros, acabam oferecendo meios para a realização de encontros com pessoas em regiões próximas, ação realizada pelo algoritmo das plataformas por meio do sistema de GPS, vindo a localizar pessoas num raio de distância próxima e que se sintam motivadas em realizar encontros rápidos e de sexo casual (SOUZA; BANACO, 2017).

Por fim, compreende-se que diante do avanço rápido das tecnologias das mídias sociais digitais, a exibição do corpo é tratada como objeto de pretensão e exibicionismo. Da mesma maneira, quem pratica o *sexting* em si busca aceitação e em um processo de construção da própria autoestima. Esse fenômeno objetiva proporcionar um maior conhecimento a respeito de outra pessoa, buscando conquistá-la, ser desejado, como também, expandir sua popularidade e/ou aceitação em determinado grupo de pessoas. Na realidade, o *sexting* é um assunto complexo cujos riscos são desconhecidos ou ignorados por muitos (CORRÊA, 2016).

Diante das afirmativas anteriormente comentadas, compreende-se que o *sexting* entre os jovens, acaba sendo motivado por ações precipitadas, o que pode resultar em sérios riscos e consequências negativas. Ressalta-se que há pouco tempo, criou-se uma expressão idiomática que acabou se vulgarizando nas redes sociais brasileiras que seria – “manda *nudes*” (VIEIRA, 2017).

Esse vocábulo buscar realizar a insinuação de um pedido para outra pessoa enviar imagens sem roupa, as quais acabam tendo sua disseminação e divulgação através de aplicativos como WhatsApp, Snapchat, Tinder, Instagram entre outros (SHIMAZAKI; PINTO, 2016).

2.3 PRÁTICA DO SEXTING E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS E CONSEQUÊNCIAS PENAIS

Antes mesmo de se contextualizar a prática do *sexting* diante de seus aspectos jurídicos e consequências penais, é necessário se dizer que os crimes virtuais são muitas vezes observados em sua análise através dos variados modos em que ocorrem, onde de maneira fundamental, podem ser categorizados como crimes virtuais, de duas formas: crimes próprios e crimes impróprios (SAKATA, 2020).

No que diz respeito ao cometimento de crimes digitais ou eletrônicos próprios, se pode caracterizá-los como aqueles que são realizados através computadores, notebooks, tablets, smartphone e telefones celulares, e que venha a efetivar ou executar a ação em meio eletrônico. Os aspectos trazidos anteriormente, devem ter correlação com a informática aos quais serão objeto jurídico tutelado (segurança dos sistemas, titularidade das informações e integridade dos dados, da máquina e periféricos) (MANOEL et al., 2020).

Importa dizer, que para existir os crimes próprios, os mesmos deverão ser realizados através de computadores, notebooks, e da própria Internet, onde está tipificação criminal acaba se exaurindo no próprio meio virtual, exemplificando, os crimes cometidos contra a honra que pode ser a difamação, a calúnia e a injúria (SHIMAZAKI; PINTO, 2016).

Em relação as especificidades jurídicas trazidas pelos crimes virtuais impróprios, os mesmos são caracterizados por aqueles executados com a aplicabilidade do computador, em suma, através do mesmo é utilizado como meio para a efetividade de comportamentos ilícitos que venham a atingir todo o bem jurídico já tutelado (SOUSA; RIBEIRO, 2021).

Em síntese, quando um indivíduo comete crimes eletrônicos impróprios, os mesmos são categorizados por aqueles em que o agente se utiliza do computador como item para ocasionar a repercussão naturalística, vindo a afrontar o ambiente físico ou o espaço real, o que acaba lesando outros bens, não-computacionais ou diversos da própria informática (DIAS, 2020).

Por conseguinte, tem-se que os crimes impróprios são aqueles realizados através do computador e da própria Internet, onde o crime acaba se dissipando no meio virtual, mas seus reflexos e resultados acabam afetando o mundo físico,

exemplificando, são aqueles crimes que alcançam o patrimônio da vítima (MANOEL et al., 2020).

Após breve contextualização, observa-se que apenas uma fotografia ou vídeo enviado ou compartilhado de maneira inocente somente para algumas pessoas, já pode ser caracterizado como uma prática de *sexting*, onde resulta em consequências danosas a pessoa que foi violada a sua intimidade (GIORA, 2016).

Nesse cenário, após a divulgação indevida de 36 fotografias íntimas da atriz Carolina Dieckmann, houve a edição da Lei nº 12.727 de 30 de novembro de 2012, acrescentando os arts. 154-A e 154-B ao Código Penal (BRASIL, 2012).

O enquadramento do *sexting* como ilícito penal passa por algumas dificuldades. Vê-se que pode ser tipificado como delito de injúria e difamação, nos termos dos arts. 139 e 140 (CP) quando tiverem a finalidade imputar a reputação de alguém com um ato ofensivo, mas também pode ser enquadrado na figura do art. 154-A ou B (CP) quando ocorrer a disseminação sexual através da invasão de dispositivo alheio.

Logo é possível observar a seguinte questão elencada no art. 139: Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. Parágrafo único - A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções. Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. § 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena: I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria. § 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência. § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa (BRASIL, 1940).

Assim considerando, em ambas as situações o *sexting* poderá ser enquadrado quando de seu ato, pois o mesmo vai contra à honra das pessoas, porém, diferença jurídica está no fato de que a difamação alcança a honra objetiva, com a imputação de fato que ofenda a reputação de alguém, e a injúria atinge a honra subjetiva, com a atribuição de qualidade negativa a alguém, ambos com penas não superior a três anos de detenção (BRASIL, 1940).

Por fim, não menos importante, o art. 218-C do Código Penal, faz referência aos crimes de divulgação de cena de estupro, cenas de apologia ao estupro, sexo ou pornografia, sendo tais atos comuns sem autorização da vítima. Importante se dizer, que o tipo penal trazido pelo CP discorre em oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio – inclusive através de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática –, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia (BRASIL, 1940).

Para tal, verifica-se que qualquer conduta tipificada no art. 218-C do Código Penal, leia-se “verbos”, quando acabar envolvendo cena de sexo, nudez ou pornografia sem o consentimento da vítima, acabará sendo caracterizado como crime. Assim, será caracterizado como um crime formal, pois não haverá a exigência nenhuma de resultado naturalístico. Logo, apenas o fato de incorrer em quaisquer dos verbos do tipo penal, desde que sem o consentimento da vítima, divulgando as cenas já elencadas, o sujeito (homem e/ou mulher) cometerá o crime, podendo a ação de *sexting* ser incorporada quando em situações trazidas pelo art. 218-C (BARBOSA, 2017; BRASIL, 1940).

3 CONCLUSÃO

Finalizando-se o estudo proposto buscou-se primeiramente contextualizar as questões relativas ao *sexting*, as quais várias vezes, foram retratadas como ações nas quais um indivíduo realiza o compartilhamento de fotografias e/ou vídeos digitais de caráter erótico com outra pessoa. O que se busca ao proporcionar uma melhor compreensão a respeito da prática do *sexting*, é demonstrar os riscos ao enviar conteúdos sexualmente explícitos, podendo, além de desencadear problemas de ordem mental, psicológica, casos de automutilação, vergonha, vir a configurar ainda, os crimes de difamação e injúria.

Para tanto, buscando-se responder a problemática suscitada no estudo em tela, no que diz respeito às práticas de *sexting* realizadas por meio facilitado das tecnologias digitais existentes, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro se posiciona diante dessas situações de compartilhamento de conteúdos íntimos pessoais, os categorizando nos arts. 139 e 140 do Código Penal brasileiro (CP).

Diante dessa problemática, a legislação brasileira trata dos crimes de *sexting*, como de possíveis tipificações como delito de injúria e difamação, nos termos dos arts. 139 e 140 (CP), quando tiverem a finalidade gerar dano à reputação de alguém com um ato ofensivo, mas também pode ser enquadrado na figura do art. 154-A ou B (CP), quando ocorrer a disseminação sexual através da invasão de dispositivo alheio, bem como, do próprio art. 218-C do Código Penal, que retrata as questões relacionadas a cena de sexo, nudez ou pornografia sem o consentimento da vítima, o que acabará sendo caracterizado como crime.

Por fim compreende-se que diante das dinâmicas que as tecnologias atualmente trazem a sociedade como um todo, é de extrema relevância proporcionar um maior número de informações a respeito do *sexting* e suas consequências penais, bem como, dos riscos gerados as pessoas (riscos mentais, psicológicos, etc.). Assim, é necessário se desenvolver na sociedade brasileira debates, discussões e diálogos que procurem trazer orientações relevantes e vitais ao desenvolvimento de uma geração mais segura e sadia, no que diz respeito a utilização da Internet e Redes Sociais e seus reflexos quanto a prática do *sexting*.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. 3 ed. São Paulo: Blucher, 2021.
- AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica a alcance de todos**. 4 ed. São Paulo: Manole, 2018.
- BARBOSA, Natália Rezende. **Revenge Porn e sua cifra oculta: hipóteses sobre as dificuldades de enfrentamento no direito penal brasileiro**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2017.
- BARROS, Suzana da Conceição de, RIBEIRO, Paula Regina Costa, QUADRADO, Raquel Pereira. *Sexting* na adolescência: problematizando seus efeitos no espaço escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1185-1204, set./dez., 2015.
- BARROS, Suzana da Conceição. **Sexting na adolescência: análise da rede de enunciações produzida pela mídia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- BIANCHI, Eduardo. **Manda nudes: comunicação imagética dos corpos nus**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012**, dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de setembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018**, altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.772, de 19 de dezembro de 2018**, altera a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021**, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para definir a competência em modalidades de estelionato. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14155.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

CARDOSO, André Tavares; FALCKE, Denise; MOSMANN, Clarisse Pereira. Sexting: percepções de adolescentes sobre o fenômeno e acerca do papel das relações familiares. **Estudos Pesquisa Psicologia**, v.19, n.3, Rio de Janeiro, set./dez., 2019.

CORRÊA, Raquel Cristina Melo. **Selfies e nudes**: novas práticas afetivo-sexuais na contemporaneidade digital. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016.

CRUZ, Nathalia Ribeiro. **Revenge Porn**: inovações legislativas e as formas de instauração da ação penal frente à legitimidade. Anápolis: Faculdade UniEvangélica, 2020.

DIAS, Thiago José Garreta Prats. **A persecução penal dos crimes praticados na Internet**: o cibersexo com crianças e adolescentes. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

FARIA, Fernanda C. M. de.; ARAÚJO, Júlia Silveira; JORGE, Marianna Ferreira. Caiu na rede é porn: pornografia de vingança, violência de gênero e exposição da intimidade. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, v. 1, n. 3, p. 659-678, 2015.

FERNÁNDEZ, J. F. **Sexting, extorsão e grooming**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FIGUEIREDO, Camila Detoni Sá. **Adolescentes na sociedade do espetáculo e o sexting**: relações perigosas? um estudo exploratório na busca de subsídios para programas de prevenção. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2015.

FIGUEIREDO, Camila Detoni Sá. *Sexting*: a compreensão de adolescentes sobre o fenômeno. Estudo de caso em uma escola da rede pública estadual. Florianópolis. **Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação**, 12 a 14 nov. 2014.

GIORA, Milena Faria Derato. *Sexting* como meio à prática da pornografia infantil cibernética. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 19, n. 147, abr., 2016.

GOMES, Márany Lucas. **Manda nudes**: sexting e subjetividade na adolescência. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2017.

KOSENKO, Kami; LUURS, Geoffrey; BINDER, Andrew R. *Sexting*: uma revisão crítica e meta-análise de uma literatura em crescimento. **Journal of computer: mediated communication**, v. 22, p. 141-167, maio 2017.

LIMA, Alex Sanders Bogado de. **Sexting e revenge porn na adolescência**: crimes e atos infracionais nas redes sociais. Macaé: Universidade Federal Fluminense, 2019.

LOUZADA, Marcele Cardoso; ROCHA, Nathalia Facco. A transição entre o *sexting* e a pornografia da revanche na nova sociedade do espetáculo. In: POMPEO, Wagner Augusto Hundertmarck; SOUZA, Liana Estela Merladete; KOLTERMANN, Andrewes Pozeczek. (R)Evolução Digital: análise e perspectivas das novas tecnologias da informação e comunicação no direito, educação e gestão de negócios. **DOISac**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 103-117, 2016.

LUIZ NETO, Bruno *et al.* Manda *nudes*: Análise do Comportamento dos Integrantes do Grupo no Facebook Nudes Tour Group. UERN, RN. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 18. 2016. Caruaru, PE **Anais [...]**. Caruaru, PE: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016.

MAGALHÃES, Camila. **Sexting e quarentena**: a transformação da vida sexual durante a pandemia. (2020). Disponível em: <https://jovempan.com.br/opiniao-jovempan/comentaristas/camila-magalhaes/sexting-e-quarentena-a-transformacao-da-vida-sexual-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MANOEL, Diego Franco *et al.* *Sexting* e adolescência: a emergência de novos temas para a psicologia do desenvolvimento. **Revista SPAGESP**, v.21, n.1, Ribeiro Preto, jan./jun., 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2022.

MEIRELES, T.; FORECHI, M. **Tira foto no espelho pra postar no Facebook Selfie**: narrativa de si, encontro com os outros. Caxias do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

PALAGE, Maria Alice Lodi. **Direito à intimidade, sexting e revenge porn**: a autopercepção dos estudantes da IMED-PF em relação ao *sexting* e *revenge porn* e sua tutela pela instituição. Passo Fundo: Faculdade Meridional IMED, 2018.

PIGATTI, Fernando. **Consumo de *nudes* como expressão da sexualidade**: uma revisão sobre o consumo de conteúdo imagético íntimo na contemporaneidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

PORTO, Andrio Albiere; RICHTER, Daniela. **Sexting**: a prática viral que vitimiza adolescentes e seu estímulo pelo uso das novas tecnologias. XII Seminário Nacional “Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea”, II Mostra Nacional de Trabalhos Científicos, 2016.

SAKATA, Everaldo Akio. **Sexting e suas consequências penais**. Curitiba: Centro Universitário Uninter, 2020.

SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SCREMIN, Sanderson de Freitas. **Sexting**: perigos na Internet, um estudo de caso com acadêmicos/as na UFPR – setor litoral. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

SHIMAZAKI, Vinicius Kenji; PINTO, Maria Márcia Matos. A influência das redes sociais na rotina dos seres humanos. **FaSci-Tech**, v. 1, n. 5, 2016.

SOUSA, Tatielen Alencar C. de; RIBEIRO, Lara de Paula. A prática do “sexting” novas modalidades de violência e Suas consequências penais. **JNT- Facit Business and Technology Journal**, n. 31, v. 2, p. 690-707, 2021.

SOUZA, Dannielly Melo de Almeida. **A responsabilidade civil do revenge porn e decorrência da quebra do contrato de relacionamento**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2020.

SOUZA, Fabricio de; BANACO, Roberto. Alves. A prática cultural do *sexting* entre adolescentes: notas para a delimitação do objeto de estudo. **Acta Comportamental**, v. 26, n. 1, p. 127-141. 2017.

SYDOW, Spencer Toth; CASTRO, Ana Lara Camargo de. **Exposição pornográfica não consentida na Internet**: da pornografia de vingança ao lucro. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

VIEIRA, Waleska Duque Estrada. A privacidade no ambiente cibernético: direito fundamental do usuário. **Revista da ESMESC**, v.24, n.30, p.197-217, 2017.

WANZINACK, Clóvis; SCREMIN, Sanderson Freitas. *Sexting*: comportamento e imagem do corpo. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v.7, n.2, jul./dez., 2014.